

AFINAL DE CONTAS, O QUE É TEORIA CRÍTICA?

[AFTER ALL, WHAT IS CRITICAL THEORY?]

Amaro Fleck

Universidade Federal de Lavras

Bolsista CAPES de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: <http://dx.doi.org/10.21680/1983-2109.2017v24n44ID12083>

Natal, v. 24, n. 44
Maio-Ago. 2017, p. 97-127

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: O projeto da teoria crítica da sociedade tem sido definido de diferentes modos, a partir de sua gênese, de sua metodologia ou de sua história institucional. O presente artigo analisa cada uma destas possibilidades e sugere uma alternativa a elas, a saber, a de que a teoria crítica pode ser entendida como a tentativa de desdobrar um problema: o da divisão e da compartimentação do trabalho científico então em curso. Esta alternativa também permite compreender de outra forma a ruptura operada pela guinada epistêmica do final da década de 60.

Palavras-chave: Teoria crítica; História da filosofia contemporânea; Teoria social; Max Horkheimer; Theodor W. Adorno.

Abstract: The project of the critical theory of society has been defined in different ways: through the description of its genesis, of its methodology or of its institutional history. This paper analyzes each of these possibilities and suggests an alternative to them, namely, that critical theory can be understood as the attempt to deal with a problem: that of the ongoing division and compartmentalization of scientific work. This alternative also makes it possible to understand in another way the rupture operated by the epistemic turn of the late 1960s.

Keywords: Critical theory; History of Contemporary Philosophy; Social theory; Max Horkheimer; Theodor W. Adorno.

Todos aqueles que trabalham com teoria crítica se veem, volta e meia, em apuros diante das dificuldades que surgem quando confrontados com a espinhosa questão: afinal de contas, o que é a teoria crítica? Este problema, à primeira vista escolar, é capaz de provocar calafrios. E isto porque ele envolve toda uma série de adversidades: a escolha de uma resposta, frente a outras possíveis, significa, no mais das vezes, a exclusão de teorias que se veem a si mesmas, ou que às vezes são vistas, como teorias críticas. Mas a não delimitação, por sua vez, faz com que o termo perca sua capacidade de diferenciação: não é à toa que se encontrem usos da expressão para denotar todo ou quase todo o conjunto da filosofia continental¹.

Não pretendo, neste artigo, oferecer uma resposta definitiva ou exaustiva para a questão. Minha intenção é antes a de tecer algumas reflexões que permitam introduzir o leitor na discussão das diferentes formas de se compreender a teoria crítica, das rupturas e das continuidades de sua história, de suas supostas peculiaridades ou traços comuns, enfim, dos elementos que criam alguma espécie de “ar de família” entre as distintas trajetórias teóricas que a compõe, mas isto por um lado, pois, por outro, o meu intuito é também o de intervir em um debate corrente, mostrando as limitações e mesmo a pobreza daquilo que vem sendo considerado, nos principais meios acadêmicos, como o estágio atual da teoria crítica. Destarte, não me importa tanto estabelecer um critério capaz de justificar quando o rótulo de teoria crítica deva ser aplicado, e quando não, para uma determinada teoria; o que me importa é mostrar a multiplicidade daquilo que costuma ser assim denominado e polemizar sobre seu estágio atual.

Para realizar estes objetivos dividi minha argumentação em seis etapas. Na primeira delas indico algumas das dificuldades que

¹ Vide, por exemplo, o nada recomendável *Entendendo a Teoria Crítica*, de Stuart Sim (2013).

envolvem a definição de teoria crítica e a delimitação de quais teorias poderiam ser incluídas nesta categoria; a seguir, analiso três possíveis respostas para a questão: a institucional, a genealógica e a metodológica; e dou sequência com uma breve digressão acerca do tipo de definição que seria adequado para apreender a teoria crítica. Na quarta etapa aponto para algumas possíveis semelhanças contidas nas distintas teorias comumente classificadas como críticas; para, então, sugerir uma mudança de foco e buscar compreender o que motivou Max Horkheimer e seus colegas a proporem a teoria crítica, isto é, entender para qual problema a teoria crítica foi vista como solução ou, em outras palavras, em qual debate ela foi uma intervenção, mostrando também como este problema se transformou ao longo do tempo e a necessidade de contrastar dois períodos da teoria crítica (o que vai dos anos 1930 até os anos 1960, e o que decorre da década de 1970 até o presente). Por fim, concluo o artigo tecendo algumas críticas aquilo que vem sendo visto como o estágio atual da teoria crítica (ou, ainda, como sua “quarta geração”), propondo que a teoria crítica precisa, urgentemente, voltar a ser interdisciplinar, dar a prioridade ao objeto e, *last but not least*, ser mais crítica.

1. Sobre algumas dificuldades para definir o que, e quem, é a teoria crítica

A expressão “teoria crítica” só aparece para designar o tipo de teoria que estava sendo desenvolvido pelos investigadores vinculados ao *Institut für Sozialforschung* [Instituto de Pesquisas Sociais] tardiamente, no conhecido escrito de Horkheimer intitulado “Teoria tradicional e teoria crítica”, publicado pela revista do Instituto em 1937. Antes disso o autor designava sua teoria simplesmente como “materialismo” ou mesmo como “filosofia social”. De qualquer forma, o momento culminante para o começo da teoria crítica parece ser o ano de 1931, quando Horkheimer assume a direção do Instituto e propõe uma espécie de guinada nas pesquisas aí desenvolvidas, visível já em seu discurso de posse

“A Presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais”.²

Teoria crítica, portanto, aparece como um projeto, ou melhor, como um programa esboçado por meio de uma contraposição com aquilo que Horkheimer denominou então como teoria tradicional. Fica claro, em seus textos, que este programa está sendo levado a cabo pelo Instituto, de forma que sob tal categoria devem ser compreendidas as teorias desenvolvidas, tanto em conjunto quanto individualmente, pelos seus membros. Assim, pode-se falar de um consenso mínimo em toda esta discussão, pois seja qual for a definição adotada, ela sem dúvida abarca as teorias então desenvolvidas por Horkheimer, Friedrich Pollock, Herbert Marcuse, Franz Neumann, Leo Lowenthal, Erich Fromm, Theodor W. Adorno, Otto Kirchheimer e tantos outros.

Há diversos traços comuns que dão a estas teorias certo “ar de família”. Todas elas estão fortemente influenciadas por uma recepção heterodoxa da crítica da economia política de Marx, isto é, pela crítica ao capitalismo desenvolvida, sobretudo, em *O Capital*, mas lida de forma bastante diferente das leituras usuais³. Parte significativa do projeto da teoria crítica em suas primeiras décadas pode ser compreendida a partir da necessidade de atualizar o diagnóstico marxiano, isto é, de perceber quais foram

² Uma história detalhada dos primórdios do Instituto pode ser encontrada na obra de Martin Jay (2008). Um relato minucioso do desenvolvimento do pensamento de Horkheimer até o ano de 1941 está contido na obra de John Abromeit (2011).

³ Não há exatamente uma interpretação unitária da obra de Marx pelos autores do Instituto, mas todas elas são marcadas por uma revalorização dos problemas filosóficos contidos em *O Capital*, pela atenção dada ao fetichismo da mercadoria e à reificação dos indivíduos na sociedade capitalista e pela compreensão de que a análise feita em tal obra era incompleta e, portanto, que ela precisa ser mais desenvolvida e constantemente atualizada. Em todas estas considerações a recepção, embora bastante crítica, das obras *Marxismo e filosofia*, de Karl Korsch (2008), e *História e Consciência de Classe*, de Georg Lukács (2012), desempenhou função proeminente.

as principais alterações que ocorreram na sociedade ao longo das seis décadas passadas desde que *O Capital* havia sido escrito. Para tanto, a análise das transformações econômicas é necessária, mas certamente não mais suficiente para compreender o que fazia com que os homens não conseguissem se emancipar das situações que os dominavam e os oprimiam. Assim, cabia analisar:

O problema da conexão que subsiste entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as transformações que têm lugar nas esferas culturais em sentido estrito – às quais não pertencem somente os assim chamados conteúdos espirituais da ciência, da arte e da religião, mas também o direito, os costumes, a moda, a opinião pública, o esporte, as formas de divertimento, o estilo de vida etc. (Horkheimer, 1999, p. 130)

Em outras palavras: as transformações sociais não estavam contidas apenas no terreno econômico e nem podiam ser compreendidas como epifenômenos causados por fatores econômicos. Para mencionar apenas uma das principais alterações, a classe trabalhadora tinha perdido, aos olhos de tais teóricos, seu caráter opositor e mesmo irreconciliável com a sociedade capitalista (passando, por conseguinte, a estar integrada nela), e para compreender como isto ocorreu é fundamental a análise da transformação mercantil da esfera da cultura, em outras palavras, da indústria cultural; assim como o recurso à psicanálise freudiana, em especial por seu conceito de “identificação com o agressor”, crucial para entender o “enigma da docilidade” da classe trabalhadora que agia de forma contrária àquilo que seriam os seus interesses racionais⁴.

Apesar destes “ares de família” é preciso reconhecer que o texto programático de Horkheimer não estabelece uma definição para o que seria teoria crítica, e mesmo a contraposição com a teoria tradicional deixa toda uma série de pontos nebulosos. Assim, a

⁴ Sobre o recurso à psicanálise freudiana, cf. os trabalhos de José Antonio Zamora (2007) – de quem tomo emprestado a expressão “enigma da docilidade” – e Jordi Maiso (2013).

primeira das dificuldades em buscar uma definição de teoria crítica decorre do fato de o próprio proponente da expressão não oferecer uma⁵.

A segunda das dificuldades, de dimensão bem maior, é consequência da ruptura operada por Jürgen Habermas. Apesar das inúmeras diferenças entre os teóricos que participaram das primeiras décadas do Instituto, havia certas afinidades em suas teorias que permitiam, claramente, reconhecê-las como formando um mesmo projeto⁶. Isto não mais ocorre no momento em que estes se afastam do Instituto (seja por dissensões internas, caso,

⁵ Como nota Susan Buck-Morss (1979, p. 65), teoria crítica é “um termo ao qual falta precisão substantiva. A teoria crítica nunca foi uma filosofia plenamente articulada que os membros do Instituto aplicassem de modo idêntico. Esta era mais um conjunto de suposições que eles partilhavam e que distinguia suas abordagens da teoria burguesa, ‘tradicional’”. Em tom semelhante, diz Alfred Schmidt (1986, p. 180): “A teoria crítica nunca foi apresentada ‘em si’ por seu fundador, mas sempre no quadro de debates (frequentemente polêmicos) com outras teorias, com outras correntes intelectuais e políticas lidando cada vez com uma situação social concreta. Por isso é absolutamente impossível vincular o pensamento de Horkheimer a um conteúdo dogmático determinado cujo sentido se encontraria esgotado por teses claramente formuladas. A teoria crítica é antes a ‘experiência’ intelectual das vicissitudes deste século”.

⁶ Parte considerável da literatura secundária costuma apontar para uma ruptura no desenvolvimento da teoria crítica na passagem da década de 1930 para a de 1940, argumentando que o “materialismo interdisciplinar” teria sido substituído por uma “filosofia da história” (cf. Dubiel, 1985; Jay, 2008; Abromeit, 2011). Embora certamente haja desenvolvimentos e mudanças na teoria crítica durante este período, discordo desta interpretação por não considerar que há aí alguma ruptura de grande magnitude ou substituição de projeto ou de métodos. Mesmo as obras mais especulativas feitas pelo Instituto, caso, por exemplo, da *Dialética do esclarecimento*, seriam impensáveis sem o recurso à pesquisa empírica (cf. Antunes, 2014), além de serem, evidentemente, casos de estudos interdisciplinares exatamente da forma sugerida por Horkheimer em seus escritos programáticos (cf. Horkheimer, 1975; 1999). Seja qual for a dimensão das mudanças ocorridas neste momento (por volta de 1940), elas são quase insignificantes frente às operadas três décadas mais tarde.

por exemplo, de Fromm; por aposentadoria, caso de Horkheimer e de Pollock; ou por morte, caso de Adorno). A teoria de Habermas, que em um primeiro momento mantinha certas afinidades com o projeto original, logo começa a se distanciar dele e ganhar novos rumos. Não obstante, este autor segue utilizando a expressão “teoria crítica” para denominar seu projeto teórico, embora reconheça que ele tem pouca semelhança com o projeto desenvolvido pelo Instituto nas décadas anteriores.

E esta dificuldade se desdobra em outra na medida em que se foi construindo uma espécie de narrativa hegemônica que consiste em apresentar a história do Instituto como sendo composta por distintas etapas ou gerações, facilmente identificáveis por sempre estarem relacionadas com a efetiva direção do Instituto (exceto durante a década de 70, quando Habermas estava afastado dele)⁷. Isto é, fala-se de uma primeira geração, composta por Horkheimer, Adorno, Marcuse, Pollock, Neumann entre outros; de uma segunda, em que Habermas é o destaque, sendo auxiliado por Claus Offe e Albrecht Wellmer; de uma terceira, capitaneada por Axel Honneth, mas que inclui também Rainer Forst e vários teóricos menos conhecidos; e, por fim, de uma quarta, em que os nomes principais seriam os de Rahel Jaeggi, Robin Celikates e Martin Saar⁸.

⁷ Narrativa esta bastante redutora e problemática, diga-se de passagem, e repetida *ad nauseam* em parte significativa da literatura recente sobre teoria crítica. As linhas gerais desta narrativa podem ser encontradas na obra de Benhabib (1986) e no verbete de Honneth (1996).

⁸ Esta narrativa das gerações é encontrada de forma paradigmática em Joel Anderson (2000). A mesma tem sido adotada no Brasil por Nobre (2012), e por Bressiani (2016). Com altas doses de ironia, Freyenhagen ” (2017, p. 357-358) resume assim tal discussão: “A tradição da ‘Escola de Frankfurt’ é entendida nos termos familiares de gerações: Horkheimer, Adorno e Marcuse são as figuras principais da primeira geração; Habermas a figura destacada da segunda; e Honneth o membro mais proeminente da terceira, que, contudo, expandiu-se para além da Alemanha, com McCarthy, Fraser e Benhabib como ‘filhos’ de além-mar de Habermas. Assim como na analogia familiar, as gerações continuariam: tal como Habermas foi assistente de Adorno e Honneth de

Não há o menor problema, evidentemente, em não se ser “fiel” ao projeto original. Pelo contrário, é justamente a renovação dele que atesta o fato de se criar uma tradição de pensamento fecunda⁹. Ademais, são as exigências de purismo que deveriam ser vistas como traições ao espírito que animou e anima a teoria crítica, marcada pelo rechaço a se deixar cristalizar em um corpo doutrinário ou em teses dogmáticas. Se algo deve ser mantido, é antes uma postura crítica diante dos objetos a serem investigados, um anseio de emancipação frente às situações que dominam e oprimem os homens, do que qualquer teoria ou argumentação específica.

No entanto, a cristalização de uma sequência de gerações como pertencentes à teoria crítica, vinculada à percepção de que com esta sequência se diluem quase completamente as afinidades que conferiam às mais distintas teorias assim elencadas certo “ar de família”, conduz à indagação dos motivos pelos quais uma teoria é vista como teoria crítica e outra não. O que elas teriam em comum que justificaria o rótulo? Este problema é visível na necessidade de diferenciar um sentido estrito e um sentido lato de teoria crítica, diferenciação problemática, pois também aí seria questionável a quais teorias poderiam ser atribuídas cada um dos sentidos¹⁰.

Habermas, alguns dos assistentes e estudantes de doutorado dos pensadores da terceira geração (tais como Allen e Jaeggi) formariam então a quarta geração”.

⁹ Adotarei o termo “tradição” para me referir à teoria crítica, na medida em que ela de fato cria uma continuidade, ainda que marcada por toda uma série de rupturas. No entanto, cabe salientar que a teoria crítica não é ela mesma uma tradição, mas sim, nas palavras de Horkheimer, um determinado tipo de “comportamento” [*Verfahrung*].

¹⁰ Bohman (2016) sugere que as distintas gerações da Escola de Frankfurt podem ser compreendidas como pertencentes ao sentido estrito, ao passo que o sentido lato seria composto também por teorias com objetivos parecidos, como as teorias vinculadas ao movimento feminista, negro e pós-colonial. Freyhagen (2015), pelo contrário, diferencia uma teoria crítica “ortodoxa”, da qual só participa a primeira geração, de uma não nomeada teoria crítica “heterodoxa”.

Destarte, quem estaria incluído e quem estaria excluído da categoria “teoria crítica”? *Grosso modo*, três respostas são possíveis: 1) a de que só a assim chamada “primeira geração” de teóricos críticos; 2) a de que as “quatro gerações” de teóricos vinculados ao Instituto; e 3) a de que a “primeira geração” e outras teorias com grande afinidade com o programa original (o que pode incluir, a depender do gosto do leitor, as teorias de Foucault; de Bourdieu; às mais distintas teorias vinculadas aos movimentos feministas; negros; pós e anticoloniais; às novas leituras de Marx; a crítica do valor e outras teorias anticapitalistas; e até mesmo, segundo alguns, às teorias de Habermas e de Honneth). Evidentemente, a escolha entre estas opções se dá a partir da escolha de um critério que permitiria tal discriminação. Passemos a análise dos critérios usualmente adotados.

2. Três respostas: institucional; genealógica; metodológica

Explícita ou implicitamente, três critérios parecem estar por trás das compreensões usuais do que seria a teoria crítica e, por conseguinte, de quem seriam os teóricos críticos. Todos eles apontam para uma diferença específica ou para um traço distintivo que estaria presente na teoria crítica e ausente nas demais.

Aqueles que afirmam que a teoria crítica (e tanto faz se entendida em sentido estrito ou lato) é composta pelas quatro gerações vinculadas ao Instituto, e só por elas, assumem, ainda que de forma pressuposta, um critério institucional. Assim, o critério para saber se estamos ou não diante de uma teoria crítica seria simplesmente o de ver a filiação institucional do teórico. Neste caso não é preciso qualquer semelhança substancial entre as distintas teorias, embora, por questões contingentes (como a escolha de quem dirigirá o Instituto passar pelos teóricos já vinculados a ele), possa até haver alguma. O problema é que isto esvazia de tal modo o significado de “teoria crítica” que não haveria motivos justificáveis para se continuar usando o termo, em especial da forma em que se o

utiliza. É mais provável, creio, que alguém que fale de “teoria crítica” esteja se referindo a um tipo de teoria com forte teor de crítica social ou com objetivos emancipatórios do que simplesmente afirmando a origem institucional dela¹¹.

O segundo critério não me parece menos problemático. O critério genealógico consiste em buscar, nos textos fundadores desta tradição, um elemento ou um conjunto de elementos que confeririam uma identidade a tal tradição. O problema de tal escolha é duplo: em primeiro lugar, tal compreensão torna o programa teórico demasiado rígido, de tal modo que dificilmente algo de fecundo poderia surgir daí; em segundo, isto contradiz elementos da própria “teoria crítica original”, pois esta reconhece não apenas que a verdade tem um núcleo temporal (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 9), mas também que cabe à teoria crítica diagnosticar os problemas e as tendências de seu tempo, e que as transformações sociais em curso devem acarretar também mudanças na forma teórica capaz de apreendê-las; ademais, o apego demasiado a uma identidade formada é ele mesmo um sintoma patológico, contrário à capacidade de se transformar em uma “bela estranheiridade” (Adorno, 2009, p. 164), índice de uma constituição individual bem sucedida, talvez só possível de se dar em uma sociedade já emancipada. Para usar uma analogia externa, o uso do termo “dialética” na obra de Hegel não é menos legítimo por ele não guardar quase nenhuma afinidade com o emprego original do termo contido na obra de Platão ou de Zenão de Eleia; do mesmo modo, o uso do termo “teoria crítica” pode ser válido para designar o projeto teórico de Honneth sem com isso significar que seu projeto tenha qualquer semelhança com o de Horkheimer. Se o

¹¹ “Além do mais, um entendimento estreito, institucional, da Teoria Crítica pode se distanciar de sua noção mais larga, de tal forma que ao menos alguns dos teóricos sucessores podem não mais estar fazendo teoria crítica – apesar do que dizem os adeptos institucionais, poderia-se argumentar que Foucault está mais próximo do núcleo da Teoria Crítica do que Habermas ou Honneth” (Freyenhagen, 2017, p. 358).

critério genealógico ou originário fosse o escolhido, em sentido estrito é provável que mesmo os teóricos da primeira geração só estariam fazendo teoria crítica durante um período do desenvolvimento de suas obras, e em sentido lato os teóricos da primeira geração e poucos outros, provavelmente sem quaisquer vínculos com o Instituto.

A terceira resposta é mais interessante e tem mais defensores. De acordo com ela, a teoria crítica seria uma espécie de método, ou, mais precisamente, ela seria um tipo específico de crítica que não se basearia na adoção de uma norma positiva, de um ideal construído de antemão do que seria a sociedade emancipada, mas antes encontraria o seu próprio critério normativo ou bem nos discursos de legitimação da ordem social existente, ou bem em possibilidades inerentes a esta própria ordem, sejam elas positivas (o desenvolvimento técnico, por exemplo), ou negativas (o sofrimento social que poderia ser abolido)¹². Neste caso, o que seria peculiar à teoria crítica é o uso da crítica imanente ou do negativismo normativo.

Novamente, o problema desta alternativa é duplo: por um lado, o “método” utilizado pelos teóricos críticos varia muito, isto é, ainda que todos eles recusem uma crítica externa, transcendente, eles entendem coisas muito distintas pelo termo “crítica imanente”, além de se comprometerem em graus distintos com este procedimento; por outro lado, os teóricos críticos não são os únicos a defenderem o uso da crítica imanente na teoria social, de modo que isto

¹² De acordo com Alessandro Pinzani (2012, p. 89), “o termo teoria crítica indica, portanto, uma maneira de se fazer filosofia, mais especificamente, de pensar a sociedade em termos críticos”, caracterizada, sobretudo, por seu método, uma vez que “ela tem que encontrar os critérios, com base nos quais possa criticar a sociedade, na própria realidade social” (p. 97). Da mesma forma, Robert Antonio (1981, p. 332) argumenta que “a teoria crítica não é uma teoria geral, mas antes um *método* de análise”, o qual consiste em “um meio de detectar as contradições sociais que oferecem as possibilidades mais determinadas para transformação social emancipatória”.

não pode servir como seu elemento diferenciador. Cabe examinar isto com mais minúcia.

O termo “crítica imanente” se refere ao critério adotado para justificar ou fundamentar uma determinada crítica social. Em outras palavras, ele designa o fato de que a norma utilizada para dizer que uma determinada situação é ruim ou injusta não é um ideal construído de antemão, externo, por alguma espécie de filósofo heroico, mas antes algo já aceito, presente ou pressuposto na própria interação social. Definido nestes termos muito vagos, isto pode ser aceito como uma unanimidade entre os teóricos elencados como críticos. Porém esta é antes uma unanimidade na recusa por um critério externo ou transcendente do que exatamente um acordo sobre algo.

Se o critério não é externo, onde ele se encontraria? Aqui começam os desacordos. Ser imanente ao objeto pode significar que ele já é aceito como válido por estar presente nos discursos legitimadores da ordem social criticada, isto é, na ideologia da sociedade em questão. Neste sentido se poderia falar de uma crítica imanente positiva ou idealista¹³. Mas também pode significar que ele esteja presente no próprio objeto (em vez do discurso), seja como uma possibilidade (por exemplo: estaria inscrito no próprio desenvolvimento das forças produtivas a possibilidade da libertação do trabalho) ou como um apelo (a dor ou o sofrimento clamariam por sua abolição). Sentido em que se poderia falar de uma crítica imanente negativa ou materialista¹⁴, ou, ainda, de um negativismo normativo, caracterizado pelo conhecimento unica-

¹³ É questionável se a fundamentação normativa da teoria habermasiana, a qual apela para pressupostos subjacentes à própria comunicação, poderia ser vista como uma espécie de crítica imanente – para uma defesa de que seria, embora sem ser idêntica à crítica da ideologia, cf. Titus Stahl (2013), e Luiz Sérgio Repa (2016). Também a função da reconstrução normativa em Honneth é polêmica – sobre o assunto, cf. Marcos Nobre (2013) e Luiz Phillippe de Caux (2015).

¹⁴ A diferenciação entre crítica imanente positiva e negativa é de Moïse Postone (2003, p. 90).

mente do que não deve ser, da injustiça ou do mau estado de coisas. Nas palavras de Horkheimer.

A teoria crítica declara que o mal, em primeiro lugar na esfera social, mas também nos indivíduos, pode ser identificado, mas que o bem não pode. O conceito do negativo contém [...] o positivo como seu oposto. Em outras palavras: a denúncia de um ato como mal ao menos sugere a direção que um mundo melhor tomaria. [...] Se alguém quiser definir o bem como uma tentativa de abolir o mal, este pode ser determinado. E este é o ensinamento da teoria crítica. Mas o oposto – definir o mal a partir do bem – seria uma impossibilidade. (Horkheimer, 1974, p. 215)

Ademais, haveria que se distinguir o uso instrumental de cada uma destas duas formas de crítica de um uso propriamente normativo, pois a escolha pela crítica imanente pode não se referir a uma espécie de justificação última ou de critério adotado, mas simplesmente indicar um ponto de partida que conte com a anuência do possível interlocutor¹⁵. Sem entrar em maiores detalhes, creio que estas duas observações sejam suficientes para mostrar que sob a categoria “crítica imanente” há muito menos coesão do que se poderia, à primeira vista, imaginar.

O problema da crítica imanente como traço distintivo da teoria crítica não é apenas o de não indicar uma mesma opção metodológica por parte das diferentes teorias comumente elencadas como pertencentes à categoria “teoria crítica”. Ela tampouco serve como elemento diferenciador das demais teorias, pois várias outras utilizam alguma espécie de crítica imanente. Basta mencionar que, no campo da teoria social, também Friedrich Hayek (1982, p. 24) defende o procedimento da crítica imanente para mostrar que este não é peculiaridade da teoria crítica.

Se nenhuma das três respostas (institucional, genealógica e metodológica) é adequada para distinguir a peculiaridade da teoria crítica, isto significa que a teoria crítica não teria qualquer traço distintivo que a discrimine frente outras teorias? Antes de buscar

¹⁵ Desenvolvo esta distinção em outro lugar. Cf. Fleck (2016).

responder a esta questão, gostaria de fazer uma rápida digressão para mostrar que outras formas de definição são possíveis, e mesmo mais apropriadas, para apreender um conceito como o de teoria crítica.

3. Breve digressão: qual tipo de definição é adequado para apreender o que é a teoria crítica?

Seja qual for a definição adotada para apreender o conceito de “teoria crítica”, uma das coisas que certamente se pode falar desta tradição teórica é que suas reflexões não tratam apenas do conteúdo propriamente dito (a sociedade em seus múltiplos aspectos), mas também da forma como este conteúdo é apreendido. A teoria crítica sempre foi, também, uma espécie de metateoria. Ela se ocupou não apenas da configuração que a racionalidade assume em cada estágio social, mas também criticou a ciência social de cunho positivista por sua inabilidade em compreender os objetos investigados. Assim, a relação entre sujeito e objeto é diferente na teoria tradicional e na teoria crítica. Enquanto um abismo separa um do outro na tradicional, sujeito e objeto se codeterminam na crítica, de forma que o sujeito se torna sujeito por meio de sua confrontação com o objeto (e o mesmo pode ser dito da relação entre forma e conteúdo). Ademais, enquanto na teoria tradicional o intuito é o de classificar o objeto e, assim, torná-lo manuseável para fins de dominação da natureza, na teoria crítica o objetivo é antes o de transformar o objeto, compreendendo-o, visando tanto uma emancipação de todas as formas de dominação quanto uma reconciliação com a natureza.

A questão de como definir um determinado conceito não é indiferente a isto. Na *Dialética Negativa*, Adorno, retomando reflexões de Walter Benjamin, critica o modelo usual de definir de acordo com o “gênero próximo, diferença específica”, por este modelo de definição ser mais taxonômico do que propriamente explicativo, por não levar em conta o devir histórico do objeto que busca apreender e nem as relações específicas nas quais ele está inserido.

Em contraposição a este modelo, Adorno sugere proceder por meio de “constelações”:

Perceber a constelação na qual a coisa se encontra significa o mesmo que decifrar aquilo que ele porta em si enquanto algo que veio a ser. Por sua vez, o *chorismos* [separação, cisão] entre fora e dentro é condicionado historicamente. Somente um saber que tem presente o valor conjuntural do objeto em sua relação com os outros objetos consegue liberar a história no objeto; atualização e concentração de algo já sabido que transforma o saber. O conhecimento do objeto em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si. Enquanto constelação, o pensamento teórico circunscreve o conceito que ele gostaria de abrir, esperando que ele salte, mais ou menos como os cadeados de cofres-fortes bem guardados: não apenas por meio de uma única chave ou de um único número, mas de uma combinação numérica. (Adorno, 2009, p. 141-142)

Destarte, a definição não é algo que pode ser dado no começo, mas somente no final da investigação. Ora, cabe aqui tentar entender a teoria crítica em seus próprios termos, isto é, de acordo com seus próprios critérios de rigor e precisão. Uma definição que se contentasse em apontar para a diferença específica (por exemplo: teoria social feita por meio de crítica imanente) seria mais uma forma de simplesmente classificar a teoria crítica do que propriamente de compreendê-la. Ela fracassaria em apontar para as especificidades desta tradição teórica, para as relações em que ela se insere e que busca transformar, para seu devir histórico. Não se trata simplesmente de constatar um traço distintivo que permita dizer o que cai e o que não cai sob tal categoria (com tal proceder se estaria ainda no terreno da teoria tradicional), mas de realmente buscar entender o que é tal tradição.

Para tanto, em vez de buscar localizar uma peculiaridade da teoria crítica – como fazem as tentativas institucional, genealógica e metodológica – sugiro que se deva analisar uma série de elementos que a caracteriza e, após, buscar desvendar o problema que ela busca solucionar, ou, em outras palavras, o debate em que ela intervém.

4. “Ares de família”

Em vez de buscar uma especificidade que permita distinguir a teoria crítica, cabe analisar, portanto, uma série de elementos que conferem certa semelhança, certos traços de familiaridade entre os diversos projetos que se reúnem na designação “teoria crítica”. Não creio, no entanto, ser possível mostrar tais conjuntos de afinidades entre tudo aquilo que costuma ser assim rotulado ou que identifica a si mesmo como pertencente a tal tradição. Pelo contrário, argumento que uma grande familiaridade pode ser encontrada nas teorias da assim chamada “primeira geração”, e que este conjunto de semelhanças deve ser contrastado com o conjunto de afinidades existentes entre as teorias críticas que dão sequência à “guinada epistêmica” de Habermas.

O programa proposto por Horkheimer e que serve de referência ao trabalho teórico do Instituto entre os anos 1930 e 1960 está baseado no entrelaçamento de três eixos. O primeiro eixo é uma recusa consciente e deliberada pela divisão do trabalho científico então em curso. A teoria social vivia então um processo de fragmentação, de forma que parte dela passava a ser objeto da sociologia, parte da psicologia social, parte da economia e parte da filosofia. Este processo, que por um lado era positivo na medida em que permitia um maior refinamento nas investigações, era por outro lado negativo por separar tanto a pesquisa empírica da especulação conceitual quanto a explicação da crítica. A teoria crítica se insurgia contra isto precisamente propondo um tipo de pesquisa interdisciplinar, ou mesmo não disciplinar, que permitisse investigar processos sociais em seus mais diferentes aspectos e, sobretudo, em seus cruzamentos. Em outras palavras, cabia mostrar como se entrecruzavam a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as transformações na esfera da cultura, em vez de tratar estes como campos separados e sem relação. Para tanto, era preciso vincular a pesquisa empírica

com a especulação conceitual, buscando nos detalhes indícios das grandes transformações sociais¹⁶.

O segundo eixo é composto pelo caráter fortemente materialista da crítica social elaborada pelos frankfurtianos. Materialismo significa, então, que embora sujeito e objeto se codeterminem, que constituam a si mesmos por meio de seu confronto mútuo, o objeto tem certa prioridade. Tal prioridade é indício de que toda elucubração teórica é, em certa medida, secundária, posterior e mesmo oriunda de uma situação material. Em outras palavras, a prioridade do objeto significa que os homens teorizam a partir e por causa de suas insatisfações, de seus sofrimentos, e que a teoria, quando não fetichizada e convertida em uma finalidade em si mesma, é um instrumento que busca remediar ou abolir estas insatisfações e sofrimentos¹⁷. A teoria que se sabe um esforço para remediar ou abolir o sofrimento não precisa se ocupar (e nem deveria) com modelos ou situações ideais, pelo contrário, ela parte da crítica das injustiças e dos sofrimentos sociais patentes que poderiam, dado o desenvolvimento técnico alcançado pela humanidade, ser abolidos por meio de transformações sociais. Posto que ela não necessita fundamentar a si mesma, ela pode partir diretamente da observação das tendências sociais, isto é, das transformações então em curso. Perceber a sociedade como algo em movimento é imprescindível para uma teoria que não busca apenas compreender o que está ocorrendo, mas intervir neste processo, fomentando o que pode haver nele de emancipatório e resistindo ao que nele há de regressivo. Em outras palavras, o programa delineado por Horkheimer diz que a teoria deve começar pela

¹⁶ Um relato acurado das pesquisas empíricas desenvolvidas pelo Instituto nestas primeiras três décadas, assim como da importância deles mesmo nas obras mais especulativas, é encontrado no livro de Deborah Antunes (2014).

¹⁷ “Mas o pensamento, ele mesmo um comportamento, contém a necessidade – de início a necessidade vital – em si. Pensa-se a partir da necessidade mesmo onde o *wishful thinking* é rejeitado. O motor da necessidade é o motor do esforço que envolve o pensamento como um fazer” (Adorno, 2009, p. 337).

construção do diagnóstico mais preciso possível da situação social presente.

O terceiro e último eixo do projeto original da teoria crítica que serviu, em suas linhas gerais, como orientação para a teoria crítica desenvolvida entre os anos 1930 e 1960 diz respeito ao objetivo da própria teoria e aos meios pelos quais ela poderia alcançá-lo. Como já mencionado, a teoria crítica – que sempre tem por objeto a sociedade – não quer simplesmente compreender seu objeto, mas sim transformá-lo. Seu objetivo, portanto, não é ele mesmo teórico, e sim prático: trata-se de uma teoria que se vê como um instrumento para emancipação dos homens daquelas situações que o exploram, oprimem e dominam. Para tanto, a teoria crítica não deve se vincular a um grupo social supostamente oprimido, servindo como porta-voz de suas demandas. Pelo contrário, é apenas mantendo a sua própria independência que ela pode não ceder em seu teor crítico. Uma vez que a dominação se reproduz por meio destas pessoas, inclusive daquelas que se encontram nas piores situações, a teoria crítica tem por objetivo torná-las conscientes de sua situação objetiva para que não cooperem com as forças que as oprimem. Para tanto, é necessário que a teoria se confronte às visões de mundo dos concernidos, em vez de simplesmente reforçá-las. Em outras palavras, caberia ao teórico crítico mostrar como os sofrimentos e fracassos pessoais são determinados socialmente e desnecessários, ainda mais quando a ideologia insiste em privatizá-los. Nas palavras de Adorno, na medida em que “faz parte do mecanismo da dominação impedir o conhecimento dos sofrimentos que ela produz” (1992, p. 53).

Um método catártico, que não tivesse sua medida na eficiência da adaptação e no sucesso econômico, deveria almejar trazer as pessoas à consciência da infelicidade, tanto da universal quanto da individual, inseparável daquela, tirando-lhes as satisfações ilusórias em função das quais a ordem execrável se perpetua nelas, como se esta já não as tivesse suficientemente em seu poder desde fora. (Adorno, 1992, p. 53)

Além disso, o teórico crítico se diferencia do tradicional por não se encontrar cindido em um teórico especializado, por um lado, e um cidadão, por outro. Sua teoria é engajada, ela mesma surge das inquietações cidadãs, de forma que as intervenções nos debates públicos é consequência do desdobramento e da fecundidade de suas investigações. Assim, a teoria crítica se caracteriza também pelo alto nível de reflexividade: trata-se de uma teoria que precisa ser consciente de suas intervenções, do contexto e das relações de força em que está inserida, da divisão do trabalho social e dos males decorrentes dela.

Estes três eixos, cada qual com uma série de elementos, se entrecruzam na obra de cada um dos teóricos críticos da assim chamada “primeira geração”. Aparecem com maior clareza em uns, com maior refinamento em outros, mas estão ao menos em certa medida presentes em todas as obras, em todas as trajetórias dos teóricos então vinculados ao Instituto. Por mais que tais obras e trajetórias difiram, e muito, em suas teses e argumentos, é isto que dá um “ar de família” e permite reconhecê-las como pertencentes a uma tradição ou a um mesmo modo de fazer teoria social. Com o término de tais trajetórias teóricas, tais elementos – em um elenco provisório: interdisciplinaridade; vínculo da pesquisa empírica com a especulação conceitual; prioridade do objeto; ênfase no diagnóstico de época; ausência de fundamentação normativa; anseio emancipatório e radical independência teórica e reflexividade – passam a compor, em maior ou menor medida, novos programas teóricos, elas servem de inspiração para uns, são influências mais ou menos determinantes para outros, de modo que os mais distintos investigadores da teoria social podem se reconhecer como pertencentes a tal tradição e reivindicar para si o legado da teoria crítica das primeiras décadas, mas trata-se aí de outros contextos, de outros projetos. Um contraponto com a teoria crítica das assim chamadas “segunda, terceira e quarta gerações” pode ajudar a elucidar o tamanho da ruptura e das diferenças com aquilo que

hoje é chamado de “teoria crítica”, sobretudo nos ambientes mais acadêmicos.

Ainda no final dos anos 1960, Habermas começa a dar indícios de uma guinada epistêmica de grandes proporções que vai se consolidar aos poucos, e cuja consumação talvez só se dê com a publicação de *Teoria da ação comunicativa*, uma década e meia mais tarde. A guinada epistêmica de Habermas consiste numa mudança de grande alcance: a teoria crítica, em vez de se ocupar diretamente com os seus objetos, passa a lidar com as condições de possibilidade dela própria, em especial com o problema de como encontrar um ancoradouro suficientemente sólido para fundamentar normativamente sua crítica social. O que havia sido uma escolha deliberada passou a ser visto como déficit e ingenuidade: de acordo com a crítica habermasiana, “desde o início a teoria crítica lidou com a dificuldade de prestar contas sobre seus próprios fundamentos normativos” (Habermas, 2012, p. 644). Isto significa que agora ela não parte mais do diagnóstico das tendências sociais, e sim da fundamentação de critérios normativos que deveriam sustentar a crítica social (a esfera da interação, em um primeiro momento, e depois a da ação comunicativa), ou, em outras palavras, do potencial racional subjacente às trocas linguísticas, de modo que a crítica só é feita, quando feita, em um momento posterior.

Esta guinada, não me canso de repetir, tem grandes implicações. Em contraste ao programa de Horkheimer, ela é claramente idealista: a teoria concebe uma situação em que os homens, discursivamente, poderiam chegar a acordos racionais, e a situação existente é criticada na exata medida em que impede que esta situação ocorra¹⁸. É por meio do contraste com o que seria uma

¹⁸ Freyenhagen (2015, p. 8) sugere um contraste exemplar entre a normatividade presente na teoria habermasiana, na honnethiana e naquela da primeira geração (a qual ele defende): “A tortura pode tornar a ação comunicativa impossível e pode não almejar o entendimento recíproco; ela pode envolver falta de reconhecimento e ser um obstáculo no desenvolvimento da auto-

comunicação não distorcida que as situações sociais existentes são criticadas. A prática discursiva é hipostasiada: haveria no melhor argumento uma espécie de força que não é coerciva, uma ordem que não é autoritária. Mas isto significa aceitar a razão, a teoria, como primeira, como anterior, e não como um instrumento que almeja atenuar ou abolir o sofrimento. Não se trata aqui, é claro, de indicar qual opção seria a mais adequada, mas apenas a de mostrar o quanto se está longe do programa da teoria crítica anterior.

A guinada epistêmica fez com que a teoria crítica passasse a ter por objeto, cada vez mais, sua própria história, sua metodologia¹⁹. Ela se afasta da pesquisa empírica, contentando-se em utilizá-las como referências. Assim, a teoria social é construída com base na reconstrução crítica da teoria social antecedente. Isto significa que ela se sente a vontade dentro da divisão do trabalho científico, assumindo as tarefas propriamente filosóficas, ainda que por vezes almeje alguma forma de interação com outras áreas. É certo que ela mantém os anseios de emancipação, mas a forma em que opera para alcançar tal objetivo (e mesmo o que compreende por ele) é inteiramente diferente. Trata-se então de “clarificar as condições

estima do agente; mas pensar que a tortura é incorreta e repreensível apenas por estas razões parece-me uma incompreensão de algo essencial. A tortura é também errada porque envolve dor desnecessária e severa. Isto, por si mesmo, é razão suficiente para condená-la”.

¹⁹ O leitor pode objetar, e estará coberto de razão, de que também este artigo tem por objeto a teoria crítica, o que é verdade, e que em nenhum momento busca explicar criticamente as tendências sociais presentes na sociedade contemporânea, o que é igualmente verdadeiro. De fato, este é antes um artigo sobre história do pensamento social contemporâneo do que um artigo com pretensões de crítica social, o que certamente faz com que ele não seja, na concepção que eu defendo aqui, um trabalho de teoria crítica (embora nisto se assemelhe a boa parte do que tem sido produzido na teoria crítica que dá sequência à guinada epistêmica habermasiana). Minha pretensão crítica e de intervenção é apenas a de oferecer uma série de objeções ao que vem sendo produzido na teoria crítica atual, passo necessário para buscar repensar os rumos da teoria social com objetivos emancipatórios.

nas quais questões morais e éticas possam ser respondidas de forma racional pelos próprios concernidos” (Habermas, em Dews, 1992, p. 270). De forma que o teórico, em vez de buscar confrontar a visão que o oprimido tem de seu contexto, levando-o a não mais cooperar com aquilo que o oprime, agora se contenta em fornecer uma elucidação sobre como este pode resolver dilemas éticos e morais de forma racional. Mesmo naquilo que Habermas mais se assemelha aos teóricos da primeira geração, a saber, na importância dada às intervenções públicas, ele opera de modo inteiramente distinto, uma vez que defende que há uma diferenciação de papéis entre o teórico especialista e o intelectual engajado (cf. Habermas, em Dews, 1992, p. 127).

O ponto crucial e determinante do contraste é que a o problema teórico que incita o desenvolvimento de um programa teórico-crítico é inteiramente distinto. Cabe analisar isto mais detidamente.

5. Mudando o foco: para que problema é a teoria crítica uma solução?

O elenco de elementos constitutivos da constelação que forma a teoria crítica permite não só uma compreensão mais adequada dela como também a percepção da dimensão da ruptura operada pelas transformações que se dão com o gradativo término de sua “primeira geração”, em especial no final da década de 1960. No entanto, mudar o foco da investigação, passando da análise de seus elementos constitutivos para o exame dos problemas que ela buscou solucionar – ou, em outras palavras, do debate no qual interviu – ajuda a elucidar ainda mais a natureza da teoria crítica, assim como contrastar de modo ainda mais nítido a teoria crítica anterior à guinada epistêmica habermasiana daquela posterior a esta.

A hipótese que defendo é que a teoria crítica lidou, diretamente, com o problema da divisão do trabalho científico ainda em curso, embora já quase consumado, na década de 1930. Isto é, ela pode

ser vista como uma reação ao processo de separação das ciências sociais, da economia e da psicologia social frente à filosofia. Reação não quer dizer que ela busque aglutinar tudo novamente, muito menos sob a égide da filosofia. Quer dizer tão somente que ela tenta salvaguardar a possibilidade de se fazer uma teoria social que se ocupe com as questões de grande amplitude das sociedades contemporâneas, que exigem a colaboração entre estas áreas do conhecimento, e que sejam ao mesmo tempo explicativas e críticas; possibilidade esta que estava em risco por conta da compartimentação acarretada pela fragmentação do campo da filosofia social em múltiplas áreas do conhecimento.

A teoria crítica almeja então seguir fazendo filosofia, mas recusa-se a perder com isso a referência a um objeto externo, tornando-se algo inteiramente abstrato, uma mera reflexão sobre o que pode ou não ser conhecido²⁰. Ela segue analisando o mundo. E mais, ela recusa-se a ficar no quinhão autorizado à filosofia nesta divisão do trabalho científico: isto é, o de se ocupar tão somente com a questão dos critérios normativos que permitem avaliar se uma vida ou uma ação é boa ou má, justa ou injusta. Ela tampouco aceita abandonar o uso de tais critérios e se contentar com a simples descrição do que ocorre.

A insistência em fazer uma teoria social ao mesmo tempo explicativa e crítica, com intenção emancipatória e que não aceita a compartimentação de seu campo de estudo (a sociedade) em distintas especialidades independentes, é o mote subjacente à teoria crítica desde o discurso inaugural de Horkheimer na direção do Instituto, em 1931, ao menos até a *Dialética negativa*, de Adorno, publicada em 1966. A *Dialética negativa*, aliás, pode ser vista como

²⁰ Isto permite entender a importância de parte considerável dos escritos de teoria crítica da década de 1930, os quais se ocupam da crítica às distintas filosofias ou escolas filosóficas, do neokantismo de Marburgo à ontologia fundamental, das filosofias da vida às correntes analíticas. Exemplos disto são “A Atualidade da filosofia”, conferência de Adorno de 1931, e “Materialismo e metafísica”, artigo de Horkheimer de 1933.

a última expressão deste programa, como a última resistência frente a tal divisão do trabalho irrefreável²¹. Menciono apenas uma de suas passagens:

Desde que as ciências se separaram irrevogavelmente da filosofia idealista, as ciências de mais sucesso não buscaram mais uma outra legitimação senão a declaração de seu método. Em sua autointerpretação, a ciência transforma-se para si mesma em *causa sui*, ela se assume como um dado e com isso sanciona também a sua forma desde sempre presente, a forma da divisão do trabalho, cuja insuficiência, porém, não pode permanecer indefinidamente velada. Sobretudo as ciências humanas, por meio do ideal de positividade tomado de empréstimo, tornam-se vítimas da insignificância e da aconceptualidade em inumeráveis investigações particulares. O corte entre disciplinas particulares tais como sociologia, economia e história escamoteia o interesse do conhecimento, por baixo das trincheiras cavadas de maneira pedante e defendidas de modo ultravaloroso. (Adorno, 2009, p. 69-70)

Este era um problema geracional. Marx, Weber, Durkheim ou Simmel jamais se preocuparam com as fronteiras entre filosofia, sociologia, economia e psicologia social. Transgrediam-nas por desconhecimento ou por falta de reconhecimento, de tão mal traçadas que estavam. Horkheimer, Adorno e Marcuse não podiam ignorá-las, mas tampouco quiseram aceitá-las e se adaptar a elas. Suas próprias resistências, no entanto, só foram possíveis porque o processo de compartimentação da teoria social ainda estava incompleto, ainda não havia se consumado. Habermas, Honneth e a “nova geração” sequer podem questionar a divisão do trabalho científico, uma vez que esta já se encontra inteiramente estabe-

²¹ Adorno via a *Dialética negativa* como uma tentativa de reelaboração ou mesmo de reapresentação do programa de Horkheimer de 1937 (cf. Adorno, 2003, p. 37). Cabe notar, no entanto, uma ambiguidade da obra: se por um lado ela defende a prioridade do objeto, a interdisciplinaridade, o recurso à pesquisa social empírica, por outro ela, em seus modelos, apresenta a crítica social sempre mediada pela interpretação e comentário das grandes teorias filosóficas, recusando-se a tratar diretamente da sociedade contemporânea (algo que, todavia, Adorno faz em outros textos da década de 60).

lecida. As próprias condições para se fazer teoria social hoje exigem a fidelidade a um compartimento. A guinada epistêmica nada mais foi do que a escolha pela filosofia em detrimento da sociologia, da economia, da psicologia social.

Ainda em fins da década de 1960 o problema que servia de mote para o desenvolvimento da teoria crítica se transformou. Não se tratava mais de lidar com a divisão do trabalho científico no campo da teoria social e de como seria possível resistir a ela. Agora, a questão passava a ser a de encontrar um fundamento normativo sólido para a crítica social, o problema que caberia naturalmente à filosofia (política e/ou moral) resolver. Este projeto já se delineia no resgate da distinção do jovem Hegel entre trabalho e interação, nos artigos que compõe *Técnica e ciência como “ideologia”*, obra de 1968 de Habermas (2014). Assim, aquilo que outrora era uma escolha deliberada (a saber: a ausência de uma fundamentação) passou a ser visto como um déficit que supostamente faria a teoria crítica enredar-se em aporias.

Isto não quer dizer que a pesquisa empírica ou que a interdisciplinaridade tenham simplesmente desaparecido. O que houve foi um processo de terceirização. Os teóricos críticos passaram a ser intérpretes de pesquisas feitas, mas não mais as propuseram, não mais desenvolveram as técnicas de entrevistas nem se encarregaram de sua execução. Da mesma forma, a teoria crítica posterior à guinada epistêmica recorre às teorias da psicologia social, da economia e da sociologia, mas não mais as desenvolveram. Ocuparam-se tão somente da função filosófica de reuni-las em teorias da sociedade que operam em altos níveis de abstração, quando não arrogaram a si mesmas o direito de ditar programas para as ciências sociais.

Mas mesmo no período pós-guinada epistêmica há toda uma série de transformações, rupturas e distanciamentos. Isto não impede que a questão da normatividade tenha se imposto como o mote principal de desenvolvimento. É isto que está em jogo nas críticas de Honneth a Habermas, é isto novamente o que aparece

nos distanciamentos de Jaeggi, Stahl e Forst frente a Honneth. Na medida em que a teoria crítica se adapta ao processo de compartimentação, ela se isola na filosofia, preocupando-se cada vez mais com suas condições de possibilidade, com suas metodologias, com sua história. É claro que uma das distinções da teoria crítica ante a tradicional, já nos anos de 1930, era a reflexividade da primeira. No entanto, isto não significa que a teoria crítica tivesse por missão explicar o que é crítica imanente; traçar interpretações de sua história; fundamentar seus critérios normativos em teorias abrangentes sobre a ação comunicativa, relações de reconhecimento ou direito à justificação; subsumir todos os conflitos em uma nova espécie de “gramática” ou recontar a gênese e o desenvolvimento de seus conceitos (alienação, reificação).

6. Algumas observações críticas sobre o atual estado de uma teoria que se quer crítica

Este processo de busca de fundamentação e de ensimesmamento que marcou os desenvolvimentos da teoria crítica nos últimos decênios parece mostrar claros sinais de esgotamento. Por um lado, estes processos parecem pouco fecundos, para não dizer estéreis, na medida em que ditam programas para as ciências sociais que ninguém leva a cabo, que refletem sobre procedimentos que já não mais se utilizam, que explicam conceitos quase nunca usados e que fundamentam critérios normativos para críticas que deixaram de ser feitas. Nesta situação aporética a única saída parece ser dar um passo atrás. Desfazer a guinada epistêmica, voltar ao objeto, e, sobretudo, voltar a criticá-lo.

A crítica social hoje é quase toda ela feita por economistas, por sociólogos, por cientistas políticos, por psicólogos. Eles não precisam de filósofos que lhes digam como criticar o mundo. Há tempos eles vêm acumulando experiência nisto, ao passo que a filosofia parece ter perdido o interesse em fazer isto.

Em um momento marcado pela incapacidade sistêmica de dar fim aos sofrimentos mais básicos, como a fome e a miséria, pela

diminuição do bem-estar e dos direitos nos lugares em que estes se consolidaram, pelo retorno do autoritarismo nos locais em que este havia desaparecido ou se atenuado, pelo crescimento da desigualdade de renda e riqueza, pela rápida deterioração da natureza, uma teoria crítica que tenha por objetivo tornar a realidade inaceitável, desvendando os mecanismos que fazem com que as pessoas cooperem com sua própria opressão, teria muito a contribuir.

Referências

- ABROMEIT, John. *Max Horkheimer and the foundations of the Frankfurt School*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- ADORNO, Theodor W. *Minima Moralia*. São Paulo: Ática, 1992.
- ADORNO, Theodor W. *Vorlesung über Negative Dialektik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.
- ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.
- ANDERSON, Joel. The “Third Generation” of the Frankfurt School. *Intellectual History Newsletter*. v. 22, 2000, p. 49-61.
- ANTONIO, Robert J. Immanent critique as the core of Critical Theory. *The British Journal of Sociology*. v. 32, n. 3, 1981, p. 330-345.
- ANTUNES, Deborah. *Por um conhecimento sincero do mundo falso*. Jundiaí: Paco, 2014.
- BENHABIB, Seyla. *Critique, norm and utopia*. New York: Columbia University Press, 1986.

BOHMAN, James. Critical Theory. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2016 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/critical-theory/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRESSIANI, Nathalie. Uma nova geração da teoria crítica. *Discurso*. São Paulo, v. 46, 2016, p. 231-250.

BUCK-MORSS, Susan. *The origin of negative dialectics*. New York: Macmillan, 1979.

CAUX, Luiz Phillippe de. A reconstrução normativa como método em Honneth. *Peri*. v. 07, n. 2, 2015, p. 83-98.

DEWS, Peter. (Ed.). *Autonomy and solidarity: interviews with Jürgen Habermas*. London: Verso, 1992.

DUBIEL, Helmut. *Theory and Politics*. Cambridge: MIT Press, 1985.

FLECK, Amaro. Da crítica imanente à crítica do sofrimento”. *Ethic@*. Florianópolis, v. 15, n. 1, 2016, p. 65-84.

FREYENHAGEN, Fabian. What is orthodox Critical Theory?. 2015. (manuscrito). Disponível em: <<https://essex.academia.edu/FabianFreyenhagen>>. Acesso em: mar. 2017.

FREYENHAGEN, Fabian. Critical theory's philosophy. In: D'ORO, Giuseppina; OVERGAARD, Soren. (Ed.). *The Cambridge companion to Philosophical Methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 356-378.

JAY, Martin. *A imaginação dialética*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: M. Fontes, 2012. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como “ideologia”*. São Paulo: UNESP, 2014.

HAYEK, Friedrich. *Law, legislation and liberty*. Vol. II: the mirage of social justice. London: Routledge, 1982.

HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1996. p. 503-552.

HORKHEIMER, Max. *Notizen 1950 bis 1969 und Dämmerung*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1974.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 125-169. (Coleção Os Pensadores).

HORKHEIMER, Max. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais. *Praga: estudos marxistas*. n. 7, 1999, p. 121-132.

KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: M. Fontes, 2012.

MAISO, Jordi. La subjetividad dañada: teoría crítica y psicoanálisis. *Constelaciones*. v. 5, 2013, p. 132-150.

NOBRE, Marcos. Teoria crítica: uma nova geração. *Novos Estudos CEBRAP*. v. 93, 2012, p. 23-27.

NOBRE, Marcos. Reconstrução em dois níveis: um aspecto do modelo crítico de Axel Honneth. In: MELO, Rúrion. (Org.). *A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 11-54.

PINZANI, Alessandro. Teoria crítica e justiça social. *Civitas*. v. 12, n. 1, 2012, p. 88-106.

POSTONE, Moishe. *Time, labor and social domination*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

REPA, Luíz Sérgio. Reconstrução e crítica imanente: Rahel Jaeggi e a recusa do método reconstutivo na Teoria Crítica. *Cadernos de Filosofia Alemã*. São Paulo, v. 21, n. 1, 2016, 13-27.

SCHMIDT, Alfred. L'oeuvre de jeunesse de Horkheimer et la naissance de la théorie critique. *Archives de Philosophie*. v. 49, n. 2. 1986, p. 179-204.

SIM, Stuart. *Entendendo a teoria crítica*. Lisboa: Leya, 2013.

STAHL, Titus. Habermas and the project of immanent critique. *Constellations*. v. 20, n. 3, 2013, p. 533-552.

ZAMORA, José Antonio. El enigma de la docilidad: teoría de la sociedad y psicoanálisis. In: CABOT, M. (Ed.). *El pensamiento de Th. W. Adorno: balance y perspectivas*. Palma de Mallorca: Universitat de les Illes Balears, 2007. p. 27-42.

Artigo recebido em 23/05/2017, aprovado em 15/06/2017